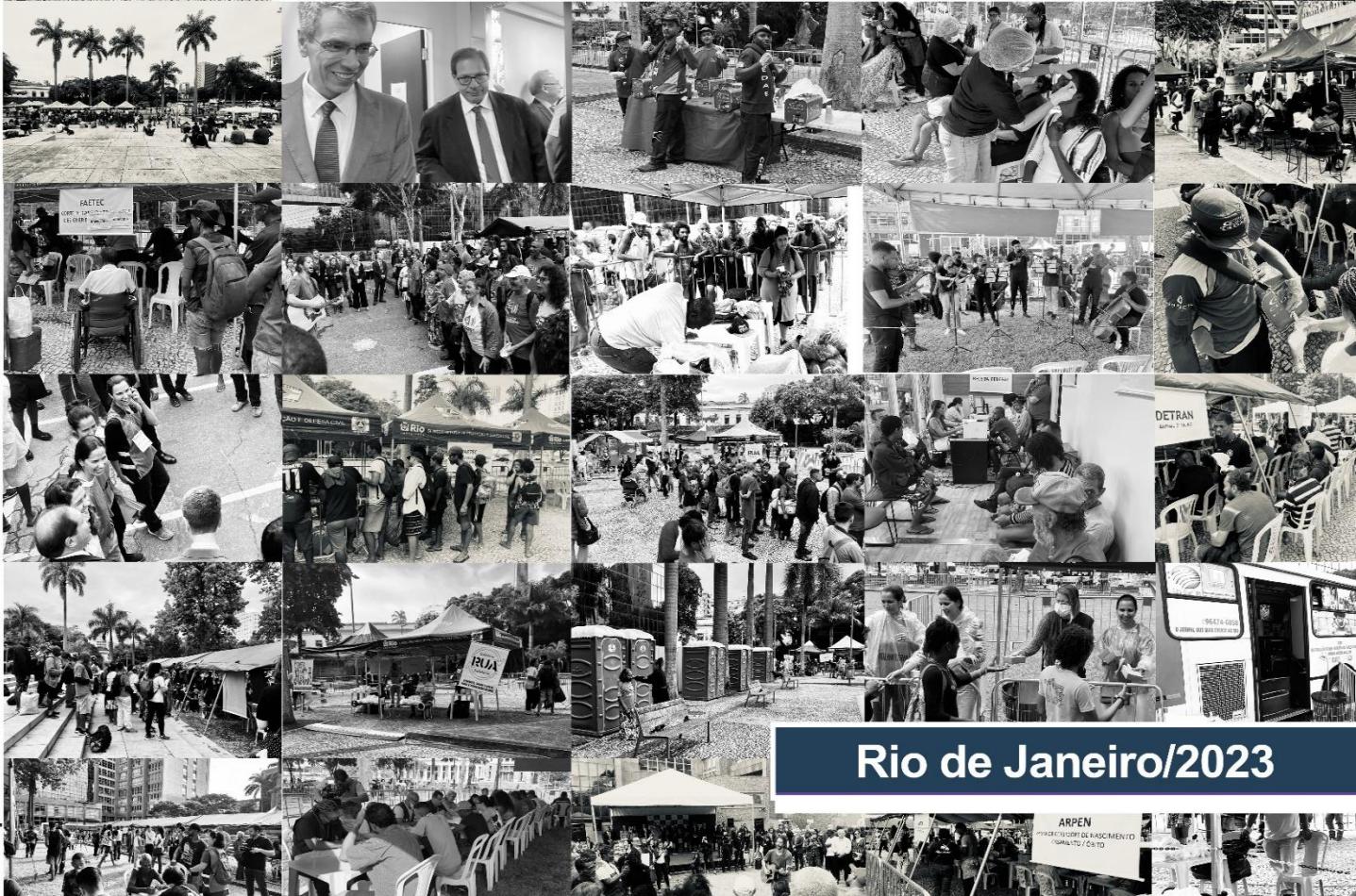




# Relato Estatístico Registre-se!

Semana Nacional do **Registro Civil**



Rio de Janeiro/2023



**Registre-se! RJ**

## **Relato Estatístico**

**TRF2/TJRJ**

**2023**

## Ficha Institucional

### Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo  
Presidente

Desembargador Caetano Ernesto da Fonseca Costa  
1º Vice-Presidente

Desembargadora Suely Lopes Magalhães  
2ª Vice-Presidente

Desembargador José Carlos Maldonado de Carvalho  
3º Vice-Presidente

Desembargador Marcus Henrique Basílio  
Corregedor

### Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Desembargador Federal Guilherme Calmon  
Presidente

Desembargador Federal Aluisio Mendes  
Vice-Presidente

Desembargadora Federal Letícia De Santis Mello  
Corregedora

## Ficha Técnica

Este evento aconteceu por um esforço conjunto de todas as instituições abaixo



## Produção Editorial

### *Coordenadoria de Produção Gráfica e Visual (COPGRA) do TRF2*

R337 REGISTRE-SE : Semana Nacional do Registro Civil (2023).  
[Etapa Rio de Janeiro] : relato estatístico/ [Realização]:  
Tribunal Regional Federal da 2. Região, Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. TRF 2. Região, 2023.  
17p.: il.  
Organizadores: Ana Carolina Vieira de Carvalho, Bruno  
dos Santos Maia, João Batista Coelho, Valéria Caldi Magalhães,  
Vladimir Santos Vitovsky.

1. Registro civil. 2. Política pública. 3. Cidadania. 4. Acesso à Justiça.  
5. Mutirão interinstitucional. 6. População em situação vulnerável.  
7. População em situação de Rua. 8. CNJ. I. Tribunal Regional Federal  
(2ª Região). II. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.  
III. Título.

CDU316

**Organização:**

**Ana Carolina Vieira de Carvalho**

**Bruno dos Santos Maia**

**João Coelho**

**Valéria Caldi**

**Vladimir Vitovsky**



## **Das ferramentas e atitudes necessárias para a garantia de direitos**

Coletar dados da população em situação de rua pode ser uma tarefa desafiadora, tanto no Brasil quanto noutras países, em virtude de fatores como a natureza transitória da situação de rua, as preocupações com a privacidade e a vulnerabilidade dessa população, a escolha mais acertada das metodologias a serem aplicadas, dentre outros aspectos relevantes. Nesse sentido vale mencionar, que a população sem teto não vem sendo computada no censo demográfico pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), portanto permanecendo invisível para as estatísticas oficiais. E entender e coletar dados sobre a falta de moradia é crucial para o bom desenvolvimento de políticas públicas focalizadas.

Em um primeiro olhar diríamos que a garantia da cidadania para essa população envolveria habitação, saúde, educação e emprego, em paralelo ao acesso à justiça e à proteção social. Nos discursos que acompanharam as últimas décadas, conceitos como responsabilidade social e sustentabilidade fizeram-se recorrentemente presentes. Entretanto, quando lidamos com as pessoas em situação de rua, o abandono grita aos olhos e nos provoca interrogações sobre a estrutura dos elos afetivos que não conseguiram sustentar um teto e acolhimento para essas pessoas... Então precisamos lembrar de algo, que antecede a todo esse processo, que se chama Responsabilidade Afetiva, que não se restringe apenas a quem nos é próximo pela via da família ou da amizade, mas que também deve alcançar a todos os outros enquanto cidadãos. É preciso lembrar que a vida humana, e, portanto, social, não se constrói apenas através de recursos materiais e garantias legais, mas, principalmente pelos vínculos afetivos.

Desta forma, não intencionando reduzir “responsabilidade social e afetiva” a um simples ato de caridade, entendemos que é preciso mover esforços crescentes que não se reduzam unicamente ao empenho pessoal de alguns poucos integrantes dos corpos funcionais, mas das organizações como um todo. Mobilizarmos esforços e eliminarmos, sempre atentos aos princípios de nossa Constituição Cidadã, toda a sorte de entraves burocráticos que possam dificultar ações concretas para garantir a igualdade de acesso e tratamentos pela Justiça e demais instituições públicas às populações vulneráveis. É preciso que os sistemas de justiça e de atendimentos administrativos, via entidades públicas, como um todo sejam partícipes atentos nessa empreitada de defesa da cidadania.

Dar início à coleta de dados sobre o público em situação de vulnerabilidade atendido pelas políticas públicas que vem sendo promovidas pelo Judiciário é um passo decisivo para que possamos obter compreensão, mesmo que ainda de forma abrangente, a fim de melhor superarmos os desafios enfrentados na trajetória do tornar a justiça e os serviços públicos plenamente acessíveis. Assim, em consonância com a proposta de um trabalho contínuo liderado pelo Conselho Nacional de Justiça, por um Judiciário brasileiro transformador e promotor de redes interinstitucionais de solidariedade, pretendemos com esse primeiro relatório, lançar a semente para estudos longitudinais que possam orientar mudanças positivas no trato da Justiça e das instituições parceiras com a sociedade, fornecendo ao longo do tempo informações importantes para que consigamos abordar o problema da vulnerabilidade social com crescente eficácia a fim de eliminá-la.

Dos organizadores

## **Sobre o Registre-se!**

Em 22 de fevereiro de 2023, a Corregedoria Nacional de Justiça emitiu o Provimento CNJ Nº 140 visando o enfrentamento ao sub-registro civil e ampliação ao acesso de documentações básicas para as populações socialmente vulneráveis. O Quinto Artigo do Provimento instituiu a Semana Nacional do Registro Civil – “Registre-se!”, que deverá ocorrer, no mínimo, uma vez a cada ano, com convocação prévia pela Corregedoria Nacional de Justiça e participação das Corregedorias-Gerais de Justiça dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais, que deverão conjugar esforços com a União, Estados, Distrito Federal, Municípios e demais entidades públicas, assim como organizações da sociedade civil, iniciativa privada e comunidades locais.

Desta forma, reunindo esforços, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), através de suas Corregedorias e Programas de Justiça Itinerante, promoveram um mutirão institucional na Praça do Expedicionário no Centro do Rio de Janeiro/RJ, nos dias 9, 10 e 11 de maio, que viabilizou serviços à população em situação mais vulnerável de: emissão de 2ª via de certidão de nascimento; emissão e regularização de Registro Geral (carteira de identidade); emissão e regularização de CPF; emissão e regularização de certificado de reservista; emissão e regularização de título de eleitor; registros e recadastramentos no CadÚnico; emissão de CNIS e agendamentos no INSS; serviços de Defensoria e Justiça; matrículas na rede pública estadual de educação básica; assistência à população LGBTQIA+; alimentação (café da manhã e almoço); banho e kit higiênico; corte de cabelo e serviços estéticos; roupas e atividades de lazer (apresentação de música instrumental e coral).

Integraram o evento além do TJRJ e do TRF2, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), a Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJ RJ), a Receita Federal do Brasil da 7ª Região Fiscal (RFB), o Comando Militar do Leste do Exército Brasileiro (CML-EB), o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), a Associações dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro (ARPEN-RJ), o Departamento de Trânsito do Rio de Janeiro (DETRAN-RJ), a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPE-RJ), a Secretaria de Governo do Estado Rio de Janeiro (SEGOV), o Programa RJ Para Todos, o Programa Segurança Presente, a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC), a Secretaria de Assistência Social do Município do Rio de Janeiro (SMAS), a Secretaria de Saúde do Município do Rio de Janeiro (SMS), a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), a Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro (CEDAE), a Pastoral do Menor (CNBB), o Café do Hely, o Coletivo Rua Solidário, o Projeto JUCA, a ONG ORES, a Associação dos Magistrados do Rio de Janeiro (AMAERJ) e a Mútua Seguradora de Saúde dos Magistrados do Rio de Janeiro.

O atendimento ao público durante os três dias de evento ocorreu das 8h às 13h e o público-alvo foi, prioritariamente, composto por pessoas em situação de rua sendo que foram possibilitados também atendimentos às pessoas que tinham domicílio e se encontravam em estado de vulnerabilidade, considerando as premências de cada caso. O processo de triagem contou com equipe composta por aproximadamente 20 colaboradores que atuaram no primeiro momento de acolhimento, realizando escutas e preenchendo as fichas de triagem apresentadas no Anexo I, as quais, além de registrarem os atendimentos, visavam mapear informações sobre o perfil dos usuários.

## **Descrição do processo de apuração de dados**

Com o intuito de melhor conhecer as condições de vida do público atendido nos três dias de evento, que em alguns momentos denominamos como “assistidos” ou “usuários”, foi construído um formulário (Ficha de Triagem – vide Anexo I) com 25 perguntas a fim de mapear aspectos socioeconômicos predominantes no grupo.

Em decorrência das dificuldades de disponibilizar acesso à internet para o serviço de triagem, o formulário foi aplicado em papel com preenchimento à caneta. Os questionários preenchidos na triagem eram acondicionados em pastas e regularmente recolhidos a fim de evitar acúmulos ou possibilidades de extravios.

No primeiro dia de evento, todos os que buscavam atendimentos referentes à documentação ou atendimento jurídicos, cartoriais e de justiça, obrigatoriamente teriam que passar pela triagem. Nos dois dias subsequentes, as pessoas que porventura estivessem retornando para dar continuidade aos serviços que não haviam conseguido realizar em um único dia, não precisariam passar novamente pela triagem, entretanto, seus nomes completos eram anotados à entrada para controle de frequência. Dessa forma, foram registrados 129 retornos no dia 10 de maio e 62 retornos no dia 11 de maio.

Após encerramento dos três dias de evento as informações contidas nos formulários em papel foram passadas para uma planilha Excel. Como recurso para transpor os dados para a planilha, utilizou-se um formulário similar desenvolvido no aplicativo *Microsoft Forms*. A transposição de cada formulário para o meio virtual, segundo registros do aplicativo, levou em média de 8 a 10 minutos.

Após os dados transpostos, os formulários em papel foram ordenados em ordem alfabética, a partir dos nomes dos assistidos. Na continuidade, foram numerados, escaneados e, então, acondicionados em arquivo digital no formato PDF.

Construída a planilha de dados (Excel), pôde-se então lançar mão de procedimentos estatísticos para melhor compreender o perfil do público-alvo e, assim, dar início ao mapeamento de público. Apesar do evento possibilitar o atendimento das pessoas com domicílio, desde que se encontrassem em situação de vulnerabilidade, este relatório concentrou-se basicamente no universo da população em situação de rua. Desta forma, os quatro primeiros pontos aqui abordados focaram nos dois segmentos e o restante ateve-se apenas ao segmento das pessoas em situação de rua.

## **Sobre o universo abordado**

Do total de 1.123 lançamentos nos controles de triagem referente ao público que buscou atendimentos para emissão de documentos ou atendimento jurídicos, cartoriais e de justiça, ao final dos três dias de evento, 191 frequentaram o evento mais de um dia. Desta forma, **o público do evento foi formado por 932 pessoas distintas**, o qual configura-se como o universo abordado neste diagnóstico.

# Identificando Territórios

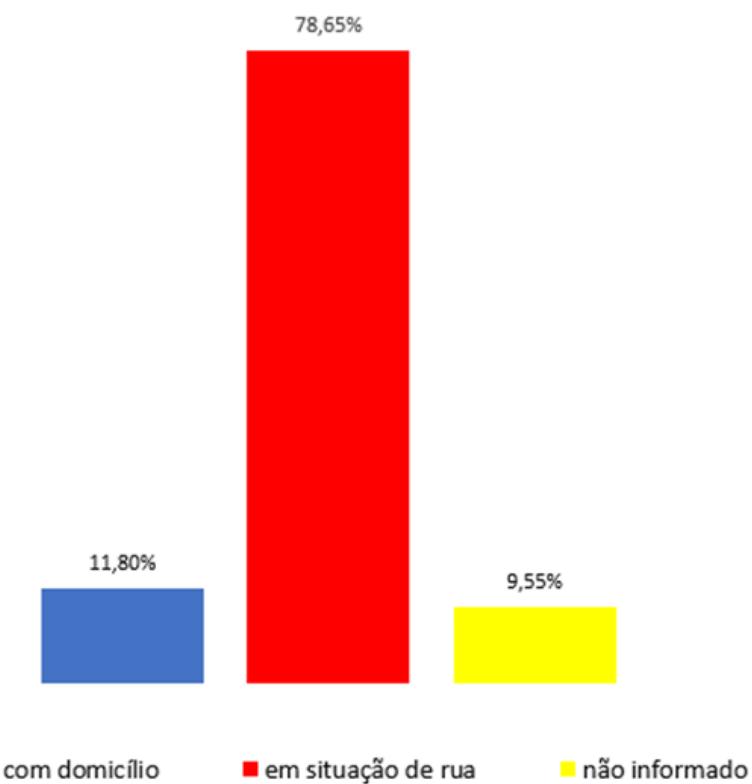
## (I) Conhecendo o público-alvo

### 1. Comparativos entre o público COM e SEM domicílio

Como o Programa “Registre-se!” visa atender às populações em situação de vulnerabilidade social, marcadas por precárias condições de subsistência material e afetiva e, considerando que nos grandes centros urbanos das capitais brasileiras tais precariedades acabam se fazendo mais visíveis através das populações em situação de rua, este relatório concentrou-se quase que exclusivamente nesse segmento populacional. Entretanto, no mutirão organizado nos dias 9, 10 e 11 de maio de 2023 na Praça Expedicionário, no Centro da cidade do Rio de Janeiro, foi viabilizado o atendimento a todos que justificadamente se encontravam em posição de vulnerabilidade social, possuindo ou não domicílio.

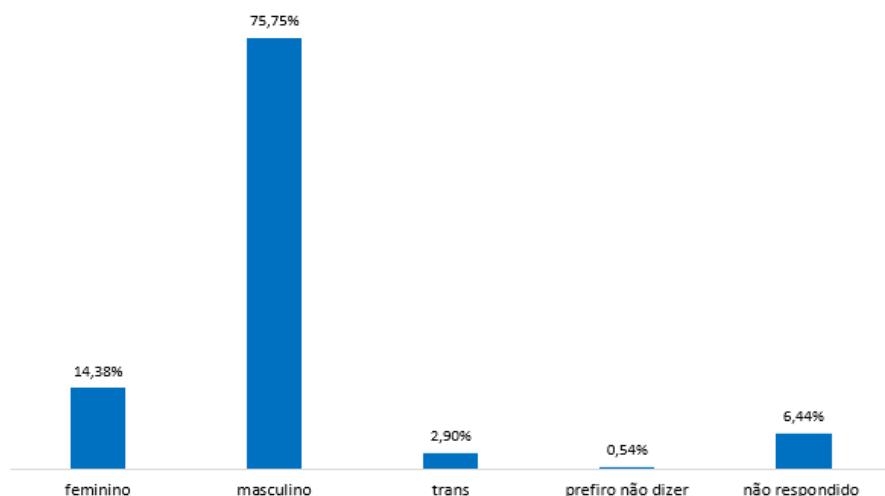
1.1. Desta forma, no universo dos 932 assistidos, constatou-se a presença de 110 pessoas com domicílio, 733 sem domicílio e 89 que não relataram sua situação de moradia. No gráfico a seguir esses valores são traduzidos em termos percentuais.

GRÁFICO 1 – PÚBLICO ATENDIDO NO “REGISTRE-SE” QUANTO À SITUAÇÃO DE MORADIA



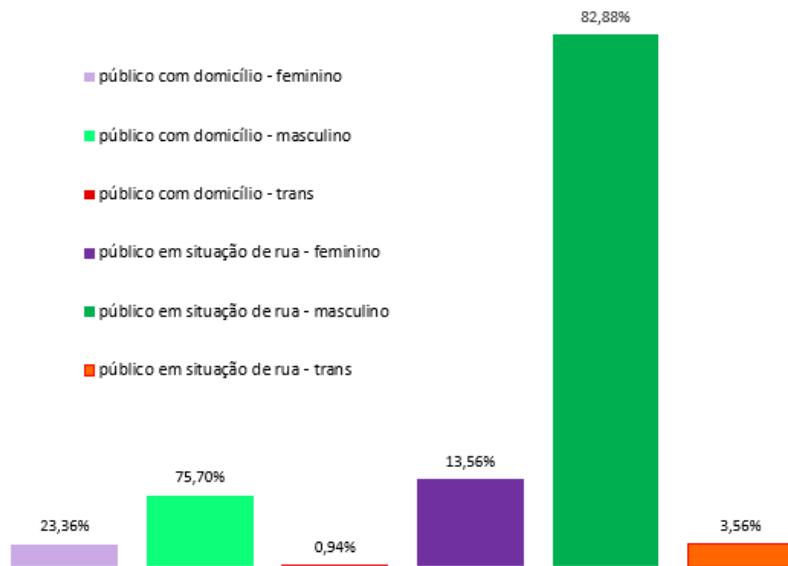
1.2. No tocante à identidade de gênero constatou-se que 134 pessoas (14,38%) disseram ser do sexo feminino, 706 (75,75%) do sexo masculino, 27 (2,90%) disseram ser transsexuais, 5 (0,54%) preferiram não dizer e em 60 formulários (6,44%) esse item não foi respondido, conforme exemplificação gráfica a seguir.

GRÁFICO 2 – PÚBLICO QUANTO À IDENTIDADE DE GÊNERO



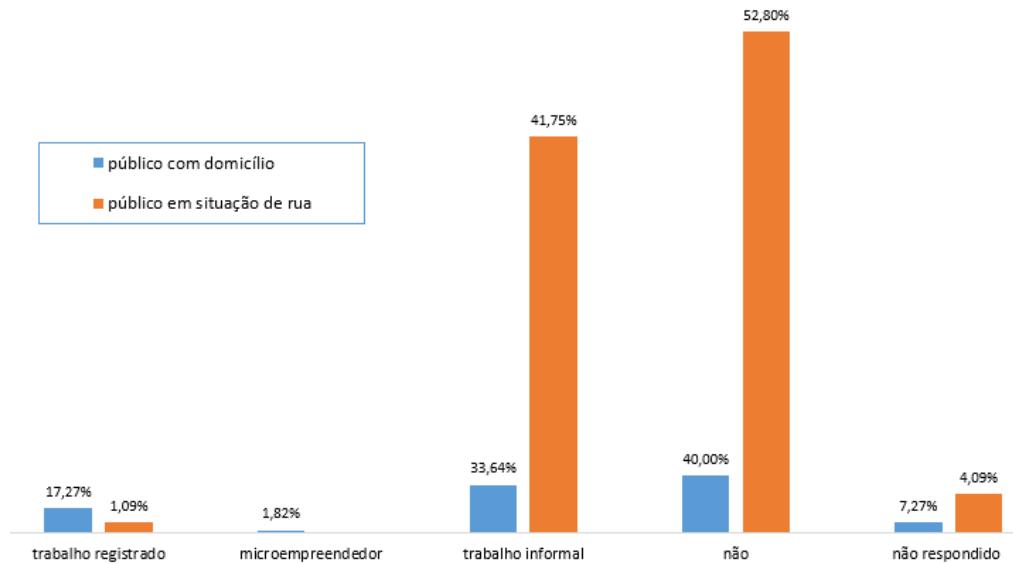
1.3. Quando se analisa em paralelo o universo do público com domicílio e o universo dos que se encontram em situação de rua, constata-se, no primeiro segmento, a presença de 23,36% de mulheres, 0,94% de transsexuais e 75,70% de homens. Entretanto, quando se considera o segundo segmento, verifica-se uma redução no quantitativo de mulheres (13,56%) e um crescimento no número de transexuais (3,56%) e de homens (82,88%). Veja gráfico a seguir.

GRÁFICO 3 – COMPARATIVOS DE GÊNEROS ENTRE ASSISTIDOS COM E SEM DOMICÍLIO



1.4. Em relação à situação de trabalho, comparando os dois segmentos, percebe-se que entre os moradores de rua apenas 1,09% disse ter trabalho com registro formal, enquanto no grupo com domicílio o percentual salta para 17,27%. Em trabalho informal, o público em situação de rua supera o público com domicílio. Apresentam, respectivamente, percentuais de 41,73% e 33,64%. No tocante à população que não trabalha, quadro parecido acontece. Constatase que 52,80% do público em situação de rua não trabalha, sendo que no tocante ao público com domicílio esse número reduz para 40%.

GRÁFICO 4 – COMPARATIVO DE SITUAÇÃO DE TRABALHO ENTRE O PÚBLICO COM E SEM DOMICÍLIO

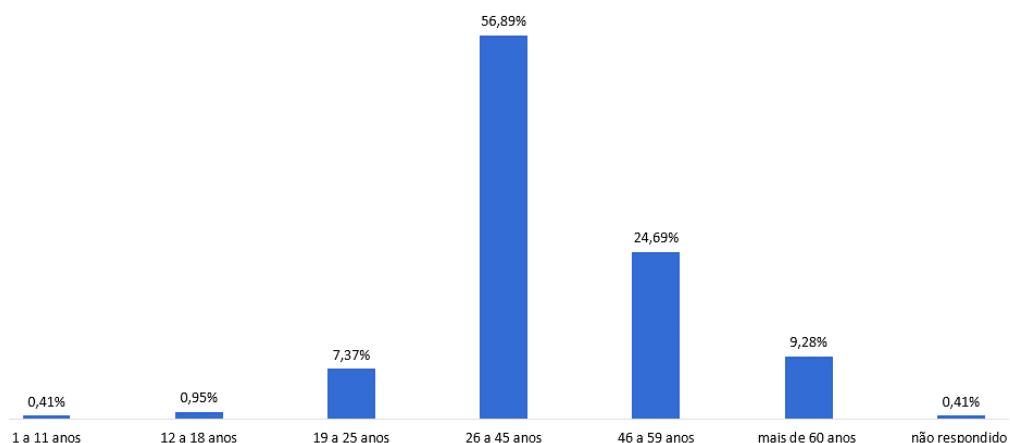


## 2. Levantamento sobre o Público em situação de rua

Priorizados os aspectos de condições de identidade de gênero e de trabalho relativas ao público vulnerável que possui domicílio, parte-se aqui para observações sobre o segmento que se encontra, exclusivamente, em situação de rua, considerando as mensurações através dos atributos mais corriqueiros.

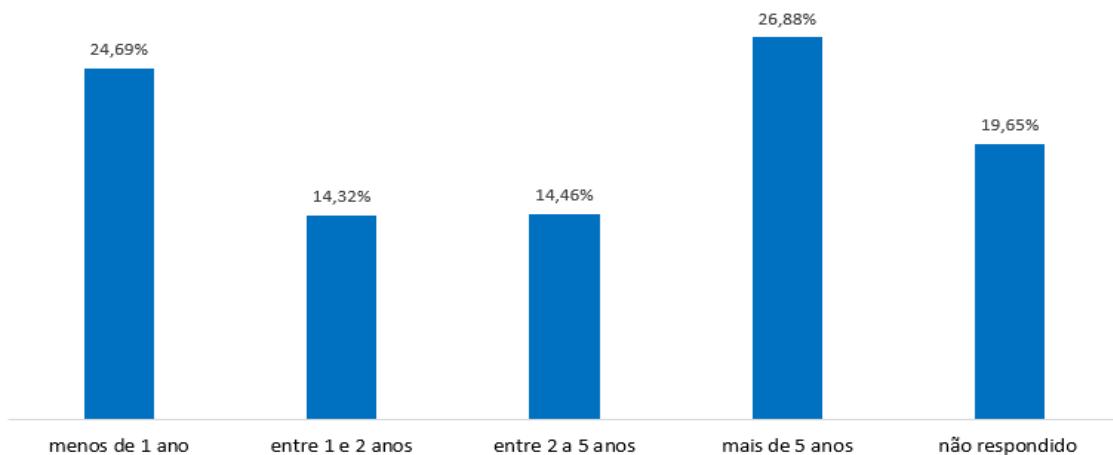
2.1. Assim, no tocante à faixa etária, percebe-se que a quase totalidade do público em situação de rua encontra-se na faixa produtiva, sendo que 56,89% deles encontram-se na faixa de 26 a 45 anos.

GRÁFICO 5 – POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA QUANTO À FAIXA ETÁRIA



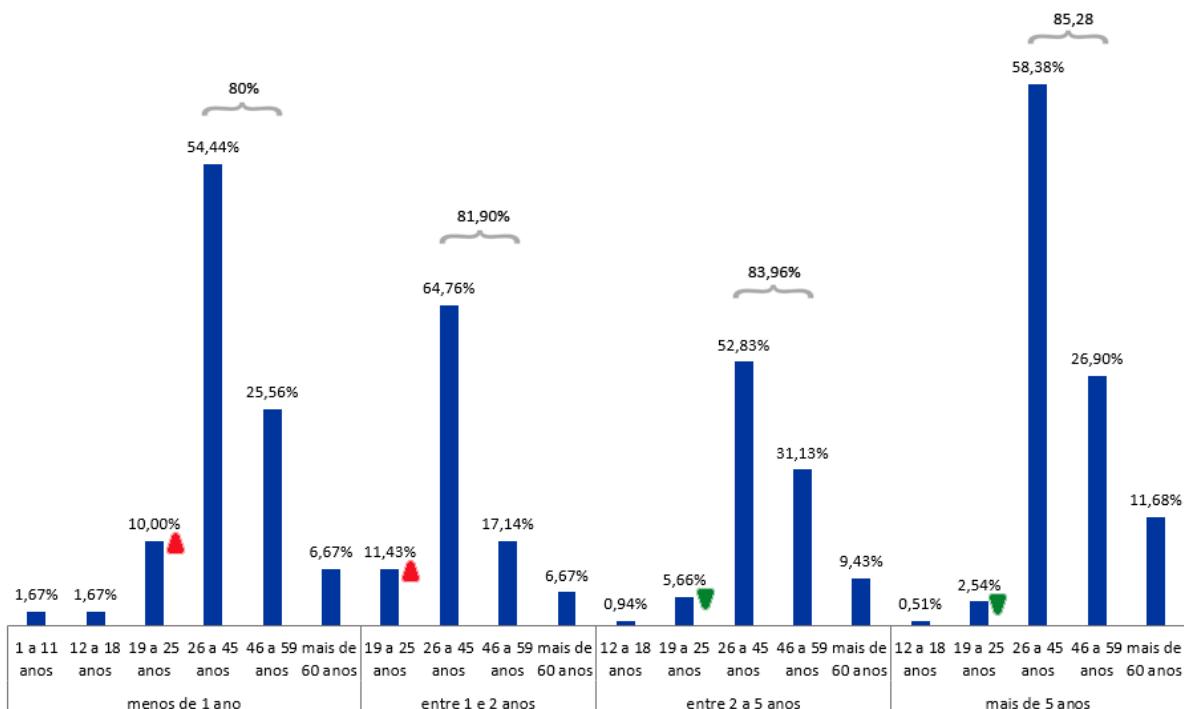
2.2. Sobre o tempo em situação de rua, verifica-se que os maiores percentuais estão vinculados aos extremos do eixo etário, ou seja, aos que estão na rua há menos de 1 (um) ano e aos que estão há mais de 5 anos como pode ser visto a seguir. Destaca-se nas respostas o alto índice de perguntas não respondidas, que alcança 19,65% do universo abordado.

GRÁFICO 6 – POPULAÇÃO NO TOCANTE AO TEMPO EM QUE SE ENCONTRA NA RUA



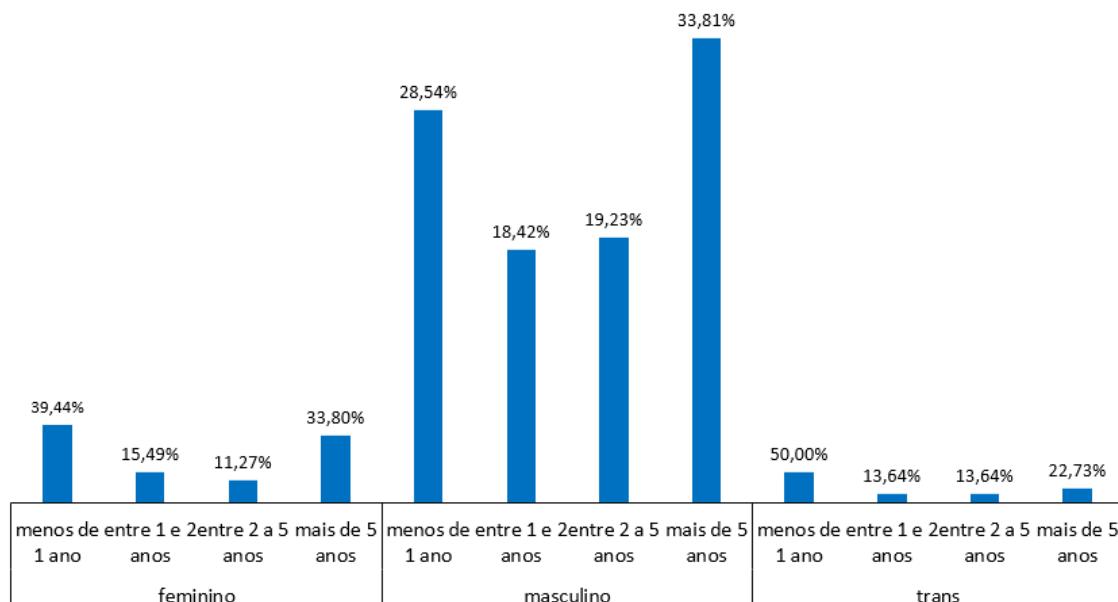
2.3. Ao se estabelecer um comparativo entre a análise de faixa etária e o tempo em que o segmento analisado se encontra em situação de rua, além de se perceber que o público situado na faixa entre 26 a 45 anos é predominante a quaisquer tempos, nota-se um aumento crescente do segmento mais jovem, de 19 a 25 anos, na situação de rua nos últimos dois anos. Em movimento oposto, ao se englobar a faixa de 26 a 45 anos com a de 46 a 59 anos, encontram-se somatórios em ordem crescente (80%; 81,9%; 83,96%; 85,28%) indicando redução dessa faixa (26 a 59 anos) no mundo da rua.

GRÁFICO 7 – COMPARATIVO ENTRE FAIXA ETÁRIA E TEMPO DE RUA



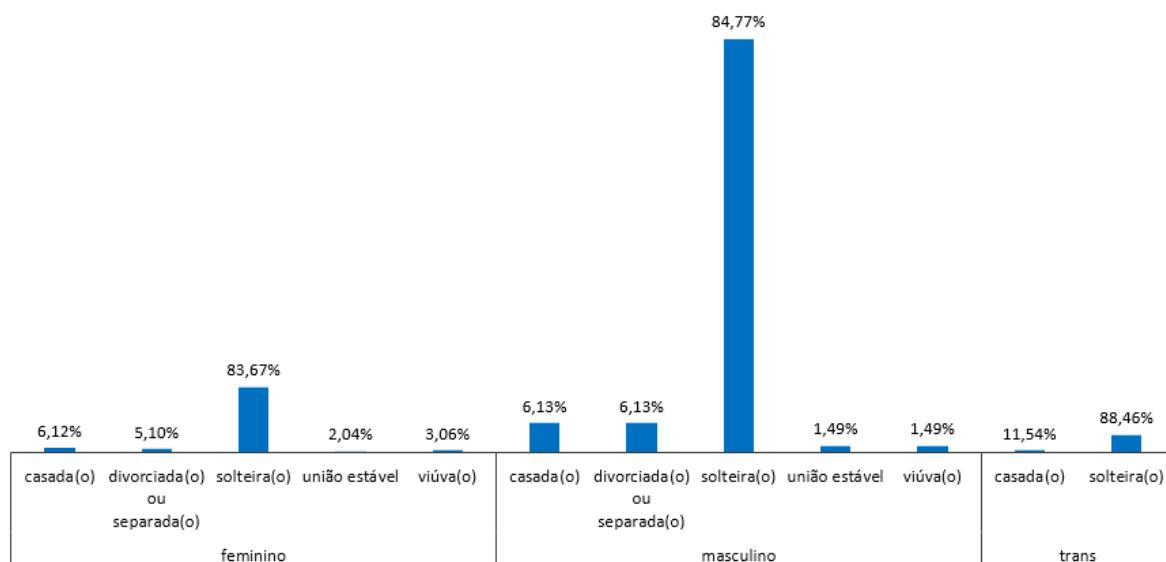
2.4. Quando se compara “tempo de rua” com “identidade de gênero”, percebe-se que, no grupo estudado, as mulheres e as trans, respectivamente com percentuais de 39,44% e 50%, são maioria com menos tempo de rua, já os homens, com 33,81% ocupam posição majoritária quando se considera cinco ou mais anos na rua.

GRÁFICO 8 – COMPARATIVO DE GÊNERO EM RELAÇÃO AO TEMPO DE RUA



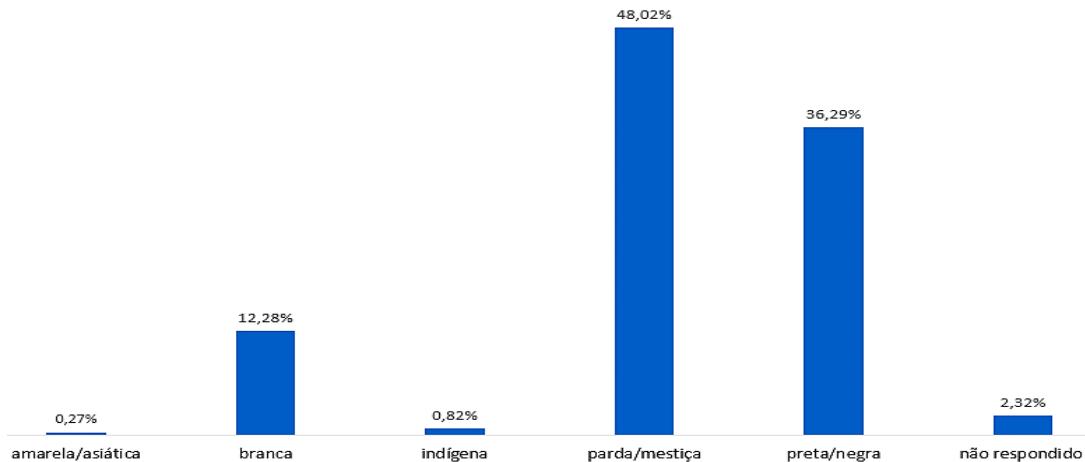
2.5. Acerca do estado civil, homens e mulheres apresentam perfis parecidos sendo os segmentos compostos principalmente por indivíduos solteiros (83,67 de solteiras e 84,77% de solteiros). No que diz respeito às pessoas trans, o número de solteiras sobe pouco, para 88,46%, entretanto, o percentual de casadas é quase o dobro do registrado, tanto no universo masculino, quanto no feminino.

GRÁFICO 9 – COMPARATIVO DO ESTADO CIVIL POR IDENTIDADE DE GÊNEROS



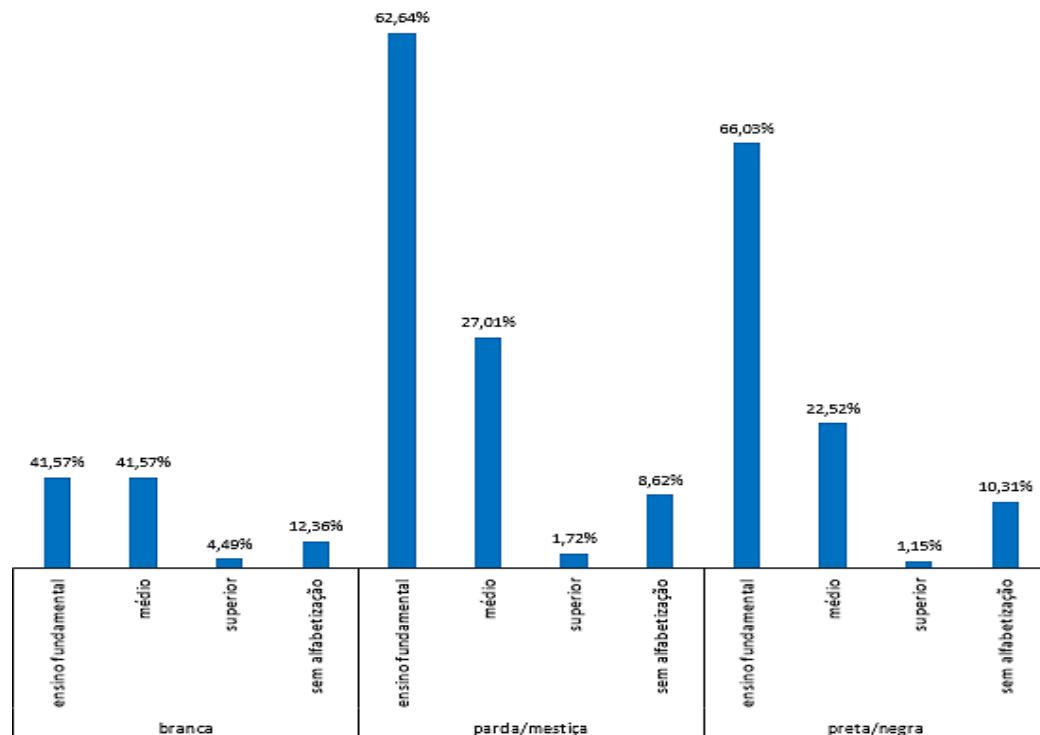
2.6. Reflexo recorrente do quadro nacional, onde a população de pretos e pardos é sempre a mais atingida pela desigualdade social no país, constatou-se aguda predominância de pessoas pretas e pardas em situação de rua, que juntas alcançaram o percentual de 84,31% da população “Registre-se!”. A população branca representou apenas 12,28% do público.

GRÁFICO 10 – POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM RELAÇÃO A RAÇA/ETNIA



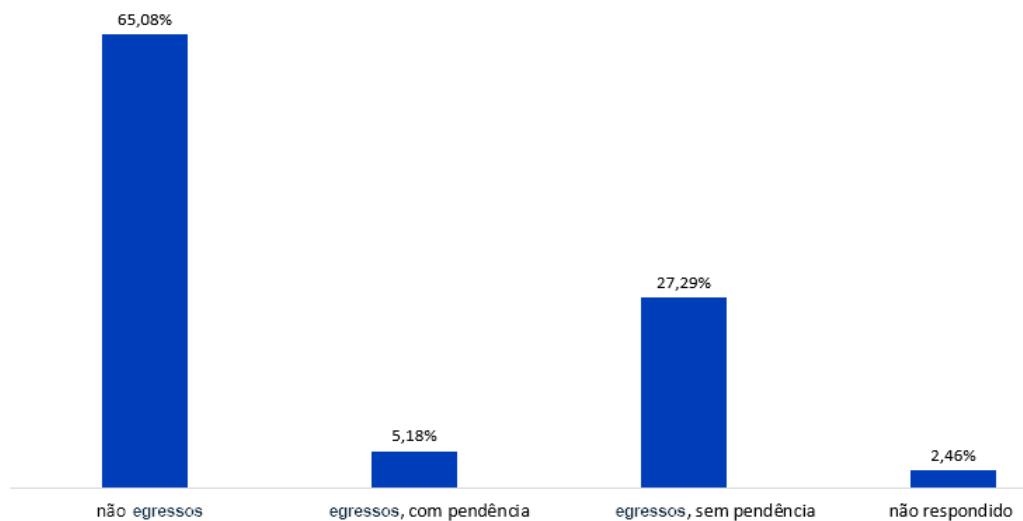
2.7. Ao se considerar o nível de instrução, percebe-se que a população branca se apresenta mais qualificada, ou seja, verifica-se menos assistidos de cor branca possuindo apenas o nível fundamental e no tocante aos níveis médio e superior esse segmento alcança índices melhores que os assistidos de cores preta e parda. Apesar dos percentuais pouco representativos, 4,49% do público de pessoas brancas possui nível superior, assim como 1,72% de pessoas de cor parda e 1,15% de cor preta.

GRÁFICO 11 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE POR RAÇA/ETNIA



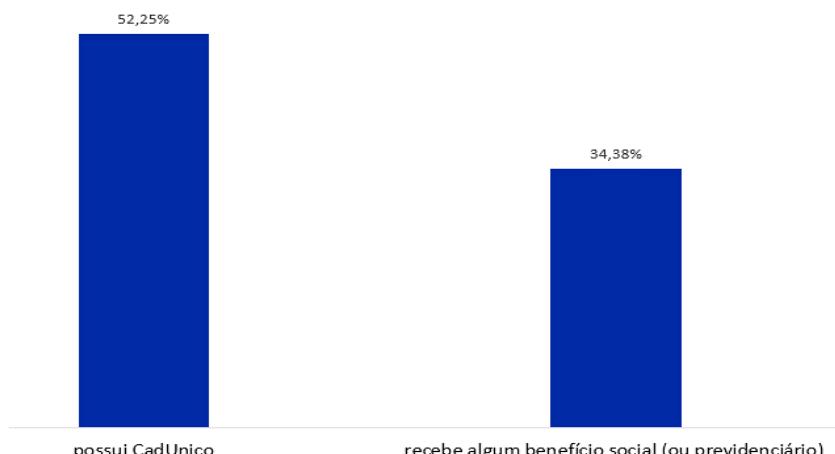
2.8. No que tange a passagem pelo sistema prisional, constatou-se que 27,9% eram egressos do sistema prisional, não tendo mais nenhuma pendência com o referido Sistema. Com pendências junto ao sistema prisional, registrou-se um percentual de 5,18%. Somando o primeiro percentual com este último, tem-se que 33,08% do público teve passagens pelo sistema prisional.

GRÁFICO 12 – CHECAGEM SOBRE QUANTITATIVO DE PESSOAS EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL



2.9. Ao reunir as informações obtidas nos formulários relativas ao CadÚnico, com as informações sobre benefícios sociais/previdenciários, percebe-se que 52,25% do público tem inscrições no Cadastro Único e 34,38% recebem algum benefício social (ou previdenciário). Vale, porém, ressaltar que a obtenção de dados mais específicos sobre a situação como beneficiários de auxílios públicos, ou até mesmo como segurados, foi obstaculizada no ato do preenchimento dos formulários devido à dificuldade de os respondentes identificarem o tipo de benefício, se houve contraprestações no passado, condições para seu recebimento, assim como qual a origem institucional dos benefícios recebidos. Desta forma, visando a fidedignidade da apuração dos dados, optou-se por apenas considerar a contagem geral relativa ao ato de recebimento ou não de benefícios.

GRÁFICO 13 – QUANTITATIVOS DE INSCRITOS NO CADASTRO ÚNICO E DE CONTEMPLADOS COM BENEFÍCIOS SOCIAIS/PREVIDENCIÁRIOS



1.1. Sobre o local de nascimento, o público em situação de rua majoritariamente presente no evento era natural do próprio estado do Rio de Janeiro (511 pessoas). Na sequência, os estados que mais se destacaram quanto à naturalidade do público foram São Paulo (36 pessoas), Bahia (35) e Minas Gerais (34). Segue abaixo os quantitativos por estados.

FIGURA 1 – REPRESENTAÇÃO DE ORIGEM POR ESTADOS (NATURALIDADE)



## **II. Sobre os Registros de Atendimentos**

A apuração dos quantitativos relativos aos atendimentos de serviços e emissão de documentos foram realizados pelas próprias equipes das instituições participantes.

Ao total dos três dias de atendimentos foram registrados pelo processo de triagem a presença de 1.123 pessoas em busca dos serviços oferecidos, as quais se fizeram presentes diariamente nas seguintes proporções:

Registros da Triagem por dia de evento:	
Dia 9 de maio	375 pessoas
Dia 10 de maio	435 pessoas
Dia 11 de maio	313 pessoas

Quanto aos serviços viabilizados ao público, foram obtidos os seguintes totais:

Totais de documentos emitidos e de atendimentos realizados:	
ARPEN/SEPEC (emissão de certidões/2ª via)	535
DETRAN RJ (emissão de Registro Geral/2ª via)	411
Receita Federal (emissão e regularização de CPF)	355
Exército (emissão de certificado de reservista e regularizações)	290
Justiça Eleitoral (emissão e regularização de título de eleitor)	254
CadÚnico (inscrições e recadastramentos)	322
INSS (agendamentos e impressão de CNIS)	107
Justiça Federal/1º Atendimento	15
Justiça Estadual/Cartório Itinerante	39
Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do TJRJ	32
VEP TJRJ	63
Defensoria Pública do Rio de Janeiro	203
Secretaria Estadual de Educação	135
Secretaria de Saúde/Consultório na Rua (vacinas e encaminhamentos)	823
Secretaria Municipal de Assistência Social/Inclusão produtiva	54
Centro Pop (orientações e encaminhamentos)	174
LGBTQIA+ (orientações e encaminhamentos)	40
Pastoral do Menor (orientações e encaminhamentos)	165
FAETEC (cortes de cabelo, trancistas, designer sobrancelhas, doações de roupas)	853
ONG Juca Solidário e ONG ORES (banhos e distribuição de kits higiene)	565
Café do Hely (entre copos de cafés e pãezinhos, considerando cada qual um item alimentar) total de itens distribuídos	4.050
Cozinhas solidárias (quantidade de quentinhos distribuídas no almoço)	1.500

Por fim, vale destacar que, dentro do possível, considerando as limitações quantitativas e de recursos, foi possibilitado acesso à alimentação, banho, corte de cabelo, vacinas e roupas, inclusive para aqueles que não necessitavam de serviços de emissão de documentos, cartoriais ou de Justiça.

## Anexo I



### Ficha para triagem

É pessoa em situação de rua?  Sim  Não (informar que é exclusivo para PSR)

Nome (social): \_\_\_\_\_

Faixa etária (anos):  1 a 11  12 a 18  19 a 25  26 a 45  46 a 59  + de 60

Escolaridade:  sem alfabetização  ensino fundamental  médio  superior

Nacionalidade:  Brasileira  Estrangeira - País de origem: \_\_\_\_\_

Naturalidade:  RJ  AC  AL  AP  AM  BA  CE  ES  GO  MA  MT  MS  MG  
 PA  PB  PR  PE  PI  RR  RO  RN  RS  SC  SE  SP  TO

Se identifica com o sexo que nasceu?  Sim  Não  Prefiro não dizer

Gênero:  Masculino  Feminino  Trans  Outros (Qual?) \_\_\_\_\_  Prefiro não dizer

Orientação:  Heterossexual  Homossexual (Gay, Lésbica)  Bissexual  Assexual  
 Outro (Qual?) \_\_\_\_\_  Prefiro não dizer

Estado civil:  Solteira(o)  Casada(o)  Vívida(o)  Divorciada(o) ou separada(o)  União estável  
 Pretende formalizar sua união estável' se sim encaminhar para o 15º ofício

Tempo em situação de rua (anos):  Menos de 1  Entre 1 e 2  De 2 a 5  Mais de 5  
 Gostaria de solicitar acolhimento no hotel acolhedor – sim, encaminhar para Secretaria de Estado

Qual sua cor/etnia?  Preta/Negra  Parda/Mestiça  Branca  Indígena  Amarela/Asiática

Trabalha?  Não  Trabalho informal  Trabalho registrado  Microempreendedor

Egresso do sistema carcerário?  Não  Sim, sem pendência  Sim, com pendência – encaminhar DPE

Tem algum problema criminal?  Não  Sim

ATENÇÃO: se for egresso do sistema criminal ou tiver problema de ordem criminal encaminhar para a Defensoria Pública

RG:  possui  não possui  já tirou no RJ  nunca tirou no RJ

RNM / DPRNM / Protocolo de Solicitante de Refúgio / Protocolo de Solicitação de Residência:

possui (Se sim, informar qual tipo: \_\_\_\_\_)  não possui

já tirou (Se sim, informar qual tipo: \_\_\_\_\_)  nunca tirou

Se não possui RG ou documento de registro migratório: Certidão de nascimento:  possui  não possui

Cidade de nascimento local: \_\_\_\_\_

CPF:  Possui  não possui  já tirou  nunca tirou

Título de Eleitor (caso aplicável):  Possui  não possui  já votou?  nunca votou

Serviço militar (caso aplicável):  Regularizado  não regularizado

CADÚnico:  Possui  não possui

ATENÇÃO: Ausência de documentos: encaminhar para os órgãos respectivos.

Para fim de receber benefício assistencial:

recebe benefício social

possui deficiência  possui 65 anos de idade e  não requereu no INSS

(Encaminhar INSS se tiver documentação que referir o encaminhamento depois de obter os documentos)

já requereu no INSS mas foi indeferido (encaminhar para Primeiro Atendimento da JF)

Para fim de receber benefício previdenciário:

trabalhou registrado ou informal  está doente ou incapacitado

já requereu no INSS mas foi indeferido (encaminhar para Primeiro Atendimento da JF)

não requereu no INSS (Encaminhar para requerer no INSS, para informações)

Possui alguma questão jurídica (encaminhar para a Defensoria Pública):

Direito da família

Defesa questões criminais

Direito à Saúde

Outra – especificar: \_\_\_\_\_

Ficha de controle de atendimentos:

# Registre-se!

Semana Nacional do Registro Civil

VALE REFEIÇÃO



Nome (Social): \_\_\_\_\_

Serviços de interesse	Serviços utilizados
Certidão de nascimento (ARPEN)	Certidão de nascimento (ARPEN)
Identidade (DETRAN)	Identidade (DETRAN)
CPF (Receita Federal)	CPF (Receita Federal)
Certificado de reservista (EXÉRCITO)	Certificado de reservista (EXÉRCITO)
Cadastro único	Cadastro único
Título de Eleitor (TRE)	Título de Eleitor (TRE)
Regularização imigrantes (POLÍCIA FEDERAL)	Regularização imigrantes (POLÍCIA FEDERAL)
INSS – Informações sobre Benefício	INSS – Informações sobre Benefício
Assistencial (LOAS) ou Previdenciário	Assistencial (LOAS) ou Previdenciário
Justiça Federal (1º atendimento)	Justiça Federal ( 1º atendimento)
Atendimento DPE	Atendimento DPE
Justiça Estadual	Justiça Estadual

Entregue esse cupom



**EU EXISTO.  
EU MERECO  
MEU  
REGISTRO.**



**EU EXISTO.  
EU MERECO  
MEU  
REGISTRO.**



**EU EXISTO.  
EU MERECO  
MEU  
REGISTRO.**

© das fotos: CNJ

### Contatos:

[justicaitinerante@trf2.jus.br](mailto:justicaitinerante@trf2.jus.br)

[cidadaniaemcurso@gmail.com](mailto:cidadaniaemcurso@gmail.com)